

- 6 DEZ 1994

Educação, a opção de agora

O MINISTÉRIO da Educação chega ao final do Governo Itamar Franco com o mesmo titular com que começou. É coisa rara na pasta antes pleiteada por uma profusão de forças políticas distintas; a média de duração das gestões estava em um ano e meio. O próprio ministro Murílio Hingel, ao assumir, em outubro de 1992, era o quarto ministro desde março de 1990.

O GOVERNO Itamar jamais se mostrou constrangido em matéria de troca de ministros. E se Murílio Hingel permaneceu todo esse tempo — longo em termos políticos brasileiros — há nisso indicio de que a área da educação funcionou a contento. Nos limites reconhecidamente modestos a que esteve quase sempre confinada, por força da duração curta do mandato presidencial — mas a contento.

PROVA esse desempenho satisfatório o esforço do ministério, recuperando atrasos inexplicáveis, para levar à Unesco o Plano Decenal de Educação e para desencadear sua execução. E a preocupa-

ção revelada, desde o início, em livrar os repasses da Fundação de Assistência ao Estudante e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da intermediação clientelista de políticos ou de desvios que os retardavam, com prejuízo do destinatário final e para ganhos polpudos, sabe-se lá de quem, por aplicações no mercado financeiro. Enfim, o enfoque na capacitação do professor do ensino fundamental, desmistificando a reivindicação de prioridade para a construção de prédios escolares.

MAS a educação, apesar do bom desempenho da gestão atual, exigirá muito mais do Governo que se iniciará em janeiro, beneficiado pela estabilidade. E que, graças a esta, poderá programar a ruptura político-administrativa adequada às mudanças sociais já em curso, fortes e rápidas, mas desiguais. Uma foi a expectativa que existia em relação à política de educação no Governo Itamar; outra, completamente outra, será a demanda a que terá de atender o Governo Fernando Henrique.

NINGUÉM duvida que um projeto nacional de educação tem importância estratégica para qualquer processo de ruptura e reconstrução. As evidências maiores, na atualidade, se encontram entre os "tigres asiáticos". O que nos ensina, por exemplo, a Coréia do Sul, com seu índice de alfabetização de adultos em 96% e de instrução em nível de Segundo Grau em 85%? A lição é a de que a prioridade deve ser dada ao ensino fundamental: na Coréia, os índices de conclusão do ensino primário passaram de 35% em 1955 para 95% em 1966. No Brasil, só chegamos a 41% na década de 80.

PÔE-SE, agora, pois, para o Ministério da Educação, a opção: ou ser um ministério com prioridade absoluta para o ensino fundamental, ou continuar a ser uma repartição totalmente absorvida, em termos administrativos e financeiros, pelo ensino superior — permitindo a reprodução constante de uma força de trabalho de qualidade certamente insuficiente para o projeto nacional.